



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 106/2019 - DELIC, DE 24 DE JUNHO DE 2019

Designa Gestor e Fiscais para o [Termo de Concessão de Uso 002/2015](#), que tem como objeto a Concessão de Espaço Reprográfico no Setor Palotina.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução COPLAD nº 035/2017, bem como por aquelas que foram delegadas pela Portaria nº 167/2019-PRA (SEI nº 1743155), **RESOLVE**:

Art. 1º - Designar o servidor Alessandro Jefferson Sato, SIAPE n.º 2118290 para exercer a função de gestor da contratação supracitado, que deriva do processo 23075.025998/2014-91.

Art. 2º - Para exercer a função gestor da contratação, o servidor designado terá:

I. PRERROGATIVAS para:

- a) Coordenar as atividades de fiscalização da contratação, decidindo e tomando providências sempre que tais situações ultrapassarem a competência dos fiscais da **CONCESSÃO**;
- b) Autorizar prorrogações, acréscimos e supressões, assim como revisões, repactuações ou reajustes de preços da contratação, após manifestação técnica da Gerência de Contratos – PRA/DELIC/GECON;
- c) Determinar a abertura de Processos para a Apuração de Responsabilidade de Fornecedores – PARF, por condutas e/ou fatos que chegarem a seu conhecimento;
- d) Determinar providências aos fiscais da contratação, a fim de corrigir ou melhorar a prestação dos serviços;
- e) Solicitar auxílio à GECON para exercer suas funções no processo de tomada de decisão;
- f) Exigir dos fiscais da contratação a emissão de relatórios mensais de fiscalização, a fim de subsidiar sua avaliação a respeito do resultado da **CONCESSÃO**; e
- g) Autorizar ou determinar pesquisas de satisfação relacionadas à prestação de serviços.

II. DEVERES de:

- a) Acompanhar as atividades de fiscalização, a fim de garantir que os serviços estejam sendo executados em consonância com o disposto no instrumento contratual;
- b) Observar as normas contidas no [Edital de Concorrência Pública nº 001/2015](#), no instrumento contratual, na Lei de Licitações, os princípios da Administração Pública, e no que couber na Instrução Normativa nº 005/2017 – MPDG/SEGES, .
- c) Não emitir e nem permitir que sejam dadas ordens diretas a funcionários da **CONCESSIONÁRIA**; e
- d) Manifestar-se formal e expressamente acerca de suas funções sempre que solicitado.

Art. 3º - Ficam designados os servidores abaixo elencados para exercer as funções de fiscalização da contratação em questão:

- I. Fiscal: André Bilibio, Matrícula 1755125; e
- II. Suplente: Claudia Eliza Zschornack, Matrícula 1747093.

Art. 4º - Além de observar às normas constantes do [Edital de Concorrência Pública nº 001/2015](#) e aquelas contidas no instrumento contratual supracitado, os fiscais neste ato designados estão cientes de que deverão observar, no que couber, ao contido na IN 005/2017 – MPDG/SEGES. E, sendo assim, possuem os seguintes **DEVERES**:

- I. Autuar, desde logo, processo de acompanhamento da fiscalização, a fim de registrar fatos relevantes verificados durante a execução dos serviços;
- II. Conferir as atividades envolvidas na prestação de serviços, de modo a assegurar e atestar que estão sendo cumpridas em quantidade, qualidade, modo e tempo exigidos pelos instrumentos dispostos neste artigo;
- III. Autuar processo administrativo, visando comunicar ao Departamento de Licitações e Contratações - PRA/DELIC, quaisquer irregularidades que verificarem na prestação de serviços, a fim de que seja apurada a responsabilidade da empresa **CONCESSIONÁRIA**;
- IV. Não permitir que sejam realizadas atividades além, ou diversas, daquelas para as quais foram contratados, evitando o desvio de finalidade da **CONCESSÃO**;
- V. Não emitir e nem permitir que sejam dadas ordens diretas a funcionários da **CONCESSIONÁRIA**;
- VI. Elaborar até o dia 30 (trinta) de cada mês o Relatório de Fiscalização, onde reduzirá a termo todas as ocorrências relevantes da execução contratual no período, de modo a subsidiar a avaliação periódica da contratação, para a decisão gerencial sobre sua prorrogação. Tal relatório deverá ao Gestor da contratação, por meio processo de acompanhamento de fiscalização, até o dia 05 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Art. 5º - Na atuação da fiscalização, os fiscais neste ato designados possuem, dentre outras, as seguintes **PRERROGATIVAS**:

- I. Enviar questionamentos à empresa **CONCESSIONÁRIA**, por meio de seus representantes;
- II. Recusar o recebimento de serviços prestados em desconformidade com o contido nos instrumentos que dão base para a **CONCESSÃO**, em especial o Edital de Licitação e o instrumento contratual;
- III. Comunicar formalmente à **CONCESSIONÁRIA** sobre irregularidades encontradas na prestação de serviços, orientando-a a corrigir, sempre que possível;
- IV. Após autorização do gestor da contratação, lançar mão de questionários, entrevistas e/ou pesquisas de satisfação junto à comunidade atendida pela **CONCESSÃO**, a fim de aferir a qualidade dos serviços prestados;

V. Solicitar à Gerência de Contratos, alterações contratuais que entenda pertinentes à melhoria da prestação de serviços, cuja autorização será decidida pelo gestor da contratação, após as informações técnicas prestadas pela Gerência de Contratos – PRA/DELIC/GECON; e

VI. Consultar a GECON, a fim de dirimir dúvidas relativas ao contrato em questão.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no site do Departamento de Licitações e Contratações - PRA/DELIC - [hp://www.pra.ufpr.br/portal/licitacoes/normas-e-publicacoes/](http://www.pra.ufpr.br/portal/licitacoes/normas-e-publicacoes/).

Art. 7º - Fica revogada a Portaria n.º 06/2018 - DELIC (SEI nº 0857718).

Compõem anexos desta Portaria:

I. [Edital de Concorrência Pública nº 001/2015](#);

II. [Termo de Concessão de Uso 002/2015](#)

III. Instrução Normativa n.º 005/2017 - MPDG/SEGES ([Link](#)).



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO AMILTON VENANCIO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, em 25/06/2019, às 08:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **1901351** e o código CRC **81C14A9E**.